

**UFSCar - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CAMPUS SOROCABA  
CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

**GABRIEL COSTA**

**A organização pública do turismo no Estado de São Paulo e a contribuição dos  
turismólogos na gestão dos MIT.**

Sorocaba - SP  
2019

**UFSCar - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CAMPUS SOROCABA**  
**CURSO DE BACHARELADO EM TURISMO**

GABRIEL COSTA

**A organização pública do turismo no Estado de São Paulo e a contribuição dos  
turismólogos na gestão dos MIT.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Turismo do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Centro de Ciências Humanas e Biológicas da Universidade Federal de São Carlos para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Darn.

Sorocaba - SP

2019

**GABRIEL COSTA**

**A organização pública do turismo no Estado de São Paulo e a contribuição dos  
turismólogos na gestão dos MIT.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Bacharelado em  
Turismo do Departamento de Geografia,  
Turismo e Humanidades, Centro de  
Ciências Humanas e Biológicas da  
Universidade Federal de São Carlos para  
obtenção do título de Bacharel em  
Turismo.

Universidade Federal de São Carlos, campus  
Sorocaba.

Sorocaba, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Orientador(a)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Darn.  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

Examinador(a)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cassiana Panissa Gabrielli.  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

Examinador(a)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Alúcio Finazzi Porto.  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos.

## **AGRADECIMENTOS**

Por um período muito mais extenso do que o planejado, esse trabalho apenas se concluiu graças ao apoio imensurável de pessoas que levo pra minha vida para sempre. Não seria possível chegar aqui sem a confiança e compreensão que minha MÃE confere a mim, sem o carinho e companhia da minha amada namorada Giovana em momentos em que desistir pareceu a única alternativa, sem a paciência e suporte de todos meus amigos que conquistei durante os inacabáveis anos da graduação, os irmãos da VEGAS - Marcos, Daniel, Vítigo, Coxilo, Zika, Narval, Mutt, Morto e Wesley, as agregadas mais fofas do mundo – Juliane, Laura, Gabriela e Fernanda, à ajuda mais que bem vinda dos grandes amigos - Suélen e Fernando (Jandira), do meu companheiro canino POGO, e claro à minha orientadora maravilhosa Telma Darn que se mostrou confiante, dedicada e entusiasmada inclusive em horas que eu mesmo apenas duvidava ser capaz.

Um novo caminho me aguarda de agora em diante. Espero não decepcioná-los.  
Espero poder contar com vocês!

## RESUMO

O presente trabalho traz como principal objetivo identificar a importância, presença e participação de profissionais com formação em turismo atuando junto aos órgãos públicos nos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo. Para atingir esta meta o trabalho faz um levantamento de informações relevantes através de revisão teórica de alguns autores pertinentes ao tema, uma pesquisa documental, consulta a sites oficiais e entrevistas pré-definidas realizadas diretamente com as instituições responsáveis pelo turismo de cada cidade. Estes dados serviram como apoio para uma reflexão sobre alguns aspectos da estrutura e organização do turismo no estado, correlacionando os incentivos promovidos por políticas públicas de turismo, a distribuição geográfica dos municípios objetos da pesquisa e a demanda e oportunidades para atuação de profissionais qualificados na gestão pública municipal do turismo visando responder se a implementação de um novo modelo de gestão, orientado por um sistema de ranqueamento, estimula uma manutenção mais ativa dos destinos e incentiva a conscientização sobre a importância do profissional de turismo vir a ter uma atuação mais presente nas etapas de planejamento e execução dos projetos nos MITs. As reflexões possibilitadas pelo levantamento permitem inferir que embora a estrutura implementada ainda se encontre em estado de adaptação por parte dos municípios, é possível visualizar que a participação de profissionais qualificados atuando na gestão turística dos municípios, quando não a impulsiona, facilita o alcance aos resultados propostos nas fases de planejamento.

**Palavras-chave:** Planejamento Turístico. Políticas Públicas. Turismólogos. Turismo Regional.

## **ABSTRACT**

The present work has as main objective to identify the importance, presence and participation of graduated professionals in tourism working with the public agencies in the "Municipalities with Touristic Interest" of the State of São Paulo. In order to achieve this goal, the work makes a survey of relevant information through the theoretical review of some relevant authors, a documentary research, consultation of official websites and pre-defined interviews conducted directly with the institutions responsible for tourism in each city. These data served as support for a reflection on some aspects of the structure and organization of tourism in the state, correlating the incentives promoted by public tourism policies, the geographical distribution of the municipalities object of the research and the demand and opportunities for Municipal Tourism Board management qualified professionals aim to answer whether the implementation of a new management model, guided by a ranking system, stimulates a more active maintenance of destinations and encourages awareness of the importance of tourism professionals to have a most present performance in the stages planning and execution of projects at MITs. These reflections made possible by this survey, allow us to infer that although the implemented structure is still in a state of adaptation by the municipalities, it is possible to notice that the participation of qualified professionals working in the tourist management of the municipalities, when does not boosting it, facilitates the achievement of results proposed at the planning phases.

**Keywords:** Tourist Planning. Public Policy. Regional Tourism. Turismologist.

## SUMÁRIO

	<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>CAP. 1</b>	<b>Metodologia</b>	<b>11</b>
<b>CAP. 2</b>	<b>Revisão teórica</b>	<b>14</b>
	2.1 Turismo	14
	2.2 Planejamento turístico	16
	2.3 Políticas públicas	17
	2.4 Gestão pública orçamentária	20
	2.5 PDT, inventario turístico e COMTUR	21
<b>CAP. 3</b>	<b>Objeto de pesquisa</b>	<b>24</b>
	3.1 O estado de São Paulo	24
	3.1.1 Secretaria de turismo do estado de São Paulo	27
	3.1.2 DADETUR, Estâncias e MITs	28
	3.2 UFSCAR e o bacharelado de turismo	32
<b>CAP. 4</b>	<b>Resultados &amp; análises</b>	<b>36</b>
<b>CAP. 5</b>	<b>Considerações finais</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE 1</b>	<b>Área e população dos MITs</b>	<b>48</b>
	<b>Referências bibliográficas</b>	<b>52</b>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o turismo tem demonstrado merecer atenção, principalmente devido ao seu crescimento significativo e pelos resultados que obteve para a economia tanto mundial quanto brasileira, como mostram dados apresentados pelo MTUR, sendo responsável pela injeção de US\$ 163 bilhões no Brasil em 2017, o equivalente a 7,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano, sendo 7% maior que o obtido em 2016, US\$ 152,2 bilhões, segundo dados participantes do estudo econômico elaborado pela Oxford Economic para o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), principal consultoria independente do setor no mundo, de acordo com a entidade, a contribuição do Turismo para o PIB nacional deve chegar a 8,2% em 2028.

Em 2004 foram tomadas como base recomendações da Organização Mundial de Turismo, o Ministério do Turismo adotou essa política focada no desenvolvimento regional, desta forma ampliando o protagonismo das Unidades da Federação. O Programa de Regionalização do Turismo trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo MTur com estados, regiões e municípios brasileiros, considerando como seu principal objetivo o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País. Este programa foi reformulado em 2013, quando foram definidos oito eixos de atuação, que orientam as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios.

De maneira à criar diretrizes para a gestão do turismo, em 2008 foi desenvolvida a Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008, que possui entre os seus princípios a regionalização do turismo, aplicada sobre a perspectiva de que mesmo um município que não possui uma clara vocação para o turismo, ou seja, que não recebe o turista em seu território, pode dele se beneficiar, se essa cidade desempenhar um papel de provedor ou fornecedor de mão-de-obra ou de produtos destinados a atendê-lo. Esta forma de ação regionalizada permite ganhos não só para o município que recebe o visitante, mas para toda a região adjacente.

Para fomentar o turismo com a recuperação da economia local e a geração de empregos e renda, através dessa nova política, o Governo do Estado repassou aos 210 municípios turísticos de São Paulo, dos quais 70 estâncias e 140 Municípios de Interesse Turístico (MIT), aproximadamente R\$ 1,7 bilhão entre 2011 e 2018.

A partir do desenvolvimento do artigo sobre o “Estado da Arte do Turismo no Estado de São Paulo”, elaborado durante o meu período de estágio junto ao Observatório de Turismo do Estado de São Paulo (OTURESP), programa de extensão do Curso de Turismo da Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba, me aproximei do tema de gestão pública do turismo e políticas públicas para o turismo, despertando o interesse ao que esta pesquisa poderia apontar, podendo desta forma complementar as informações contidas nos volumes anteriores sobre a gestão do turismo no estado de São Paulo.

Com esta finalidade, fica demarcado como objetivo geral deste trabalho identificar a importância, a presença e a participação de profissionais com formação em turismo atuando junto aos órgãos públicos dos Municípios de Interesse Turístico do Estado de São Paulo entendendo a formação de suas estruturas e como objetivos específicos a identificação dos municípios detentores do título de MIT, as instituições responsáveis pela gestão pública do turismo em cada município, a dispersão geográfica destas localidades no território do estado e a atual colaboração promovida por estes profissionais na gestão dos MITs. Como objetivo complementar o trabalho se dedica a uma atualização do banco de dados do Observatório do Turismo do Estado de São Paulo.

Para melhor compreender o contexto e o funcionamento deste processo, faz-se necessário a familiarização com as características do estado ao que compete ao turismo (estrutura institucional, responsabilidade social, principais aspectos da atividade turística no estado, etc...), o projeto que intitula e favorece os MITs e as definições de conceitos dentro do universo do turismo de políticas públicas, gestão municipal descentralizada, gestão orçamentária municipal e regionalização da identidade turística. Para dar apoio ao entendimento da necessidade do profissional de turismo nesse enredo, essa pesquisa ressalta suas principais características e discorre sobre a regulamentação do regime de estágio, a atuação desses profissionais nas secretarias e sua relevância.

Este estudo encontra-se dividido em cinco etapas, as quais, respectivamente, abordam os seguintes assuntos: A primeira etapa descreve detalhadamente os processos que foram incorporados como metodologia, portanto, a seleção do modelo de pesquisa, o mecanismo com o qual os dados foram coletados e organizados e quais ferramentas foram utilizadas ao longo do processo de desenvolvimento.

A etapa seguinte se dedica a uma revisão teórica abordando definições para turismo, planejamento turístico, políticas públicas para o turismo e gestão orçamentária. Ainda nesta etapa serão apresentadas informações que elucidam algumas ferramentas do âmbito do turismo como o Plano Diretor de Turismo (PDT) Municipal, o Inventário Turístico e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR).

Na terceira etapa encontra-se a apresentação dos itens que compõem o objeto de pesquisa: O estado de São Paulo, o programa de fundo constitucional "MIT", o profissional do turismo, o curso oferecido pela UFSCar e a regulamentação do estágio em turismo.

A quarta etapa consiste na apresentação dos resultados obtidos na fase de coleta e uma análise dessas informações, visando encontrar pontos coincidentes que possibilitem a leitura de padrões favoráveis à criação e gestão de municípios potencialmente aptos para comportar atividades turísticas.

E na quinta e última etapa, uma reflexão dedicada às considerações finais, deduzidas de acordo com o levante efetuado no trabalho.

## CAPÍTULO 1 - METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado no período de 20/05/2019 a 12/08/2019 e teve como objetivo geral observar a participação de profissionais do turismo nas 140 cidades que compõem a lista de eleitos Municípios de Interesse Turístico, na elaboração do documento de solicitação do título e a oportunidade de atuação destes profissionais.

A pesquisa pode ser classificada como “quali-quantitativa”, como Oliveira afirma:

É um processo de reflexão e análise de realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em um contexto histórico e/ou segundo sua estruturação. Esse processo implica em estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevistas e na análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva. (Oliveira, 2005, p. 41).

Apresentando caráter exploratório por adotar como procedimentos metodológicos pesquisas documentais de primeira mão, sendo “[...] aquela realizada em documentos oficiais, ou seja, em atas, regulamentos, memorandos, balancetes, CD-ROM, internet (quando o site for oficial), etc.” (COSTA; COSTA, 2001, p.62).

Podemos então entender como documento todo registro que possa ser usado como fonte de informação no qual o procedimento será realizado por meio de investigação (que engloba observação, leitura, reflexão e crítica) e entrevistas estruturadas para levantamento de dados com as instituições responsáveis pela gestão de Turismo nas prefeituras, bem como encaminhamento das questões por e-mail.

Optou-se por organizar os municípios do estado de São Paulo de acordo com seu índice populacional, segundo levantamento do IBGE realizado em 2010, classificando-os em faixas e levando em consideração a divisão administrativa de Regiões Imediatas e Intermediárias para orientar a ordem de investigação. Foi necessário adaptar as faixas classificativas para que melhor atendessem as exigências desta pesquisa. Para uma melhor visualização dos dados analisados foi realizado uso da ferramenta QGis para a elaboração gráfica dos mapas.

Para obter as informações necessárias para a análise, os municípios foram contatos via telefone (utilizando informações do site oficial e uma base de dados disponível no OTURESP, em três tentativas, com espaços de uma semana entre cada

uma) e via e-mail, (através dos endereços oficiais disponíveis nos sites das instituições). Em ambas formas de contato, foram aplicados questionários para coleta das informações sobre participação de funcionários com formação em turismo, procurando identificar se estes tiveram atuação consistente no desenvolvimento das documentações necessárias à obtenção do título de MIT e como o desempenho deles influencia uma demanda por este tipo de qualificação na gestão turística dos respectivos municípios.

O questionário foi elaborado com questões simples viabilizando uma coleta mais dinâmica e que atendessem a necessidade da pesquisa e simultaneamente atuando para evitar aprofundamentos que prorrogassem a coleta e desviassem do objetivo.

**Quadro 1** – Questionário enviado às secretarias.

1. Qual o nome da instituição pública (secretaria, diretoria, etc...) responsável pelo turismo no município? Quem é a autoridade responsável e que cargo ocupa?
2. A secretaria de turismo do município / órgão responsável pelos assuntos de turismo possui, entre seus funcionários, algum com formação acadêmica (superior ou técnica) na área do turismo? Quantos, quais as suas graduações e que cargos ocupam?
3. Se sim, quais foram as contribuições destes profissionais no que diz respeito ao pleito do título de "Município de Interesse Turístico"? Se não, como foi realizada a contratação de profissionais qualificados da área do turismo, de onde veio essa contribuição? (Parceiros do município, apoio de alguma instituição de ensino, etc...).
4. Havendo demanda para tal, quais as principais atividades atribuídas à estagiários de turismo? Como o município interpreta a importância de um profissional qualificado para o setor de gestão turística?

Durante o processo de coleta alguns obstáculos surgiram, principalmente no que diz respeito aos municípios que tinham alguma informação de contato incorreta e aqueles em que as instituições não concederam suas informações pela ausência de um profissional disponível no momento do contato. Mudanças legislativas também interferiram no cronograma no que diz respeito à entrada de novos municípios na lista de cidades analisada.

Os dados do levantamento foram tabulados com o auxílio do programa Microsoft Office Excel e posteriormente reunidos em planilhas de respostas. As análises estatísticas foram realizadas pelo mesmo programa, com a contagem da frequência dos parâmetros desejados das variáveis qualitativas e quantitativas. Os

resultados foram obtidos a partir da criação de mapas cartográficos de modo a facilitar a visualização espacial das características encontradas com as respostas.

## CAPÍTULO 2 - REVISÃO TEÓRICA

### CAP 2.1 – TURISMO

Como ponto de partida para compreender o fenômeno turístico, uma alternativa aqui identificada como a mais adequada, foi sondar como ele vem sendo definido pelos principais autores e agentes que desenvolvem seu estudo ao longo da sua história, porém também é válido levar em consideração que o turismo sendo uma atividade multidisciplinar ele passa a ter valor e reconhecimento em diversos setores com diferentes propósitos.

Para Catramby e Bartholo Jr (2010, p. 4) entende-se que o turismo é “formado por um universo de conceitos e teorias de diferentes áreas do saber que juntos se tornam essenciais ao pleno exercício da atividade”

No que diz respeito a um de seus primeiros entendimentos,

Andrade (1998, p.38) enxerga o turismo como uma importante atividade econômica em crescimento, definindo-o como:

[...] o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento. [...] que tem por objetivo o planejamento, a promoção e a execução de viagens, e os serviços de recepção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora de suas residências habituais.

Segundo o estudo ‘Tourism Towards 2030’ da OMT (apud ABEOC Brasil), no período de 2010 a 2030, o turismo deve crescer em média cerca de 3,3% ao ano, isso significa um aumento para 1,4 bilhões na chegada de turistas internacionais no mundo todo em 2020 e 1,8 bilhões em 2030. Sendo previsto, nas Américas que se passe de 150 milhões de turistas para 248 milhões em 2030.

Abrangente às mais diversas realidades e aplicações, o turismo oscila entre um fenômeno social em constante crescimento e uma ferramenta de infinitas utilidades, produzindo benefícios a um também amplo espectro de comunidades, empresas e formas de enxergar o mundo.

Beni cita que:

Turismo é um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si

para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos (BENI, 1998, p.37).

Beni (2000, p. 165) também “[...] discute a questão e aponta o planejamento estratégico e integrado do desenvolvimento sustentável do turismo como uma forma de dinamizar o desenvolvimento econômico e social de uma região.” Sendo assim, a prática do turismo é um importante fator de desenvolvimento econômico para uma localidade, gerando renda e empregos:

A atividade turística pode ser considerada um ‘agrupamento de setores’, existindo entre eles uma complexidade técnica. Tendo em conta sua heterogeneidade e complexidade, pode-se afirmar que o turismo, como setor econômico, é um conceito difícil de definir de maneira uniforme. Muito mais do que um setor, é uma atividade que se estende de forma direta por vários setores da economia, e, de forma indireta, por todos os demais setores (ANSARAH ET AL., 2000, p.11).

Encerrando essas reflexões, pode-se então definir que:

[...] o turismo é um elemento importante da vida social e econômica da comunidade regional, pois reflete as verdadeiras aspirações das pessoas no sentido de desfrutar de novos lugares, assimilarem culturas diferentes, descansar e beneficiar-se com atividades de lazer. Além disso, o turismo também possui importante valor econômico em muitas áreas e cidades, ajudando o desenvolvimento econômico e o ambiente das regiões periféricas” (BENI, 1998, p. 37).

O turismo é considerado pela OMT (2001) uma forma de “exportação” geradora de renda, favorecendo a criação de empregos, aumentando a arrecadação de impostos públicos, aquecendo a atividade empresarial e contribuindo com a entrada de divisas que auxiliam o equilíbrio da balança de pagamentos na região receptora. Além disso, beneficia diversos setores de produção interdependentes, direta e indiretamente, ao turismo, redistribuindo a renda num círculo cada vez maior. No entanto, quando desenvolvida espontaneamente, sem nenhum tipo de planejamento ou direcionamento, a atividade corre o risco de desenvolver um caráter prejudicial, podendo gerar graves efeitos negativos, não apenas no âmbito econômico, mas também no social, cultural e ecológico (OMT, 2001).

Nesse sentido, entende-se a importância da existência de planejamento profissional adequado, sendo ele capaz de minimizar esses impactos negativos e maximizar os positivos, em todos os aspectos. Ainda segundo a OMT (2001), o crescimento contínuo do turismo incentiva maiores investimentos no setor e nas políticas governamentais dirigidas a planificar o seu desenvolvimento, assim como o aparecimento de mudanças qualitativas na experiência do turista e o aumento de informações sobre os destinos turísticos.

## **CAP 2.2 - PLANEJAMENTO TURÍSTICO**

O planejamento é um processo ativo e, conforme Barretto (1991), é uma atividade dinâmica, possuindo muitos fatores coexistentes que necessitam ser analisados e coordenados para se alcançar um objetivo possível e satisfatório. É um processo que precisa de uma constante manutenção após o alcance dos objetivos traçados. Nessa perspectiva, planejamento é a organização sistemática de um conjunto de ideias e decisões, de forma integrada. Consiste na definição de objetivos, ordenação dos recursos materiais e humanos, na determinação de métodos, tempo e indicação de localização espacial. É uma ação voltada para o futuro. De forma complementar, ainda segundo Barretto (1991), quando se trabalha com planejamento de turismo, é importante uma maior sistemática, pois o turismo implica o fluxo de pessoas, receptividade e nessa relação, há circulação de receita, construção de equipamentos e oferta de serviços de apoio. Assim, planejamento requer pesquisa social, pessoal qualificado, compreensão do problema e conhecimento de métodos científicos.

De maneira geral, o planejamento pode ser entendido como um mecanismo que “se dá visando ao benefício de algo ou de uma população”, segundo Pedron (2007, p.21) e como cada planejamento é elaborado de forma exclusiva para determinada localidade e situação ele “não é sempre idêntico, já que sua implementação é focada em cada área específica, levando-se em consideração as suas características geográficas, culturais e econômicas”, ainda segundo Pedron (2007, p. 16).

A EMBRATUR (2001) considera que as estratégias do planejamento turístico devem ser coincidentes com os direitos dos moradores das cidades receptoras, tendo em vista que a atividade turística deve beneficiar todos os atores locais: sociedade

civil, o setor privado e público, de tal forma que o turismo não contribua para a propagação de diferenças socioeconômicas e culturais na cidade.

Quando não planejada de forma coerente com o local, a atividade turística pode, segundo Dreher (2003, p.241) "ocasionar conflitos sociais, degradação da natureza, desorganização do setor empresarial, perda da demanda, prejudicando o ciclo de vida do destino". Ainda segundo o autor, esse problema deve-se ao fato de que "quando não controlado, o turismo torna-se uma atividade invasora que pode deteriorar os recursos culturais e naturais de um destino" (2003, p.241).

Conceber este contexto tangente às atividades turísticas permite que o planejamento antecipe possíveis imprevistos e aos poucos aponte caminhos para soluções de necessidades das comunidades envolvidas. Assim que o turismo passa a participar como agente ativo de uma localidade e identificar carências e potencialidades, sua atividade viabiliza a elaboração de políticas que a favoreçam e conseqüentemente gerem benefícios aos cidadãos.

## **CAP 2.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS**

Embora não exista uma única nem melhor definição sobre o que seja política pública, Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo sentido ao afirmar que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936), ou seja, decisões e análises sobre política pública que implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz?

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação e quando necessário propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais, em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais, os quais a política pública:

- Permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- É abrangente e não se limita a leis e regras.
- É uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo
- Envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

As políticas públicas caracterizam a relação do Estado com a sociedade civil no que se refere à distribuição de bens públicos na sociedade. Assim sendo, “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores [...] tendo como uma de suas características principais o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público” (RUA, 1998, p. 232).

Sendo assim, a definição a que chegamos das políticas públicas em turismo é que “compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores” que se encontram consolidadas, amparadas legalmente nos programas, projetos, planos, metas e orçamentos dos poderes públicos (federal, estadual ou municipal) referentes ao turismo. (CARVALHO, A. F., 2000, p. 99)

Por incorporar um amplo conjunto de atividades, da competência de diferentes atores e agências estatais e privados, as políticas públicas em turismo são, por excelência, multissetoriais e, na sua implementação, tornam-se extremamente complexas. Este, aliás, tem sido um dos motivos para as dificuldades de sua implementação, como apontado por Beni (2000).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 contemplou o turismo pela primeira vez na história das constituições brasileiras, no art. 180, cap. I, do título VII, que trata da Ordem Econômica. Nesse artigo, lê-se que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (Ferraz, p. 24). Chama atenção no artigo, a co-responsabilidade das três esferas de governo na promoção do turismo e no incentivo a esse setor,

apontando para a descentralização das políticas de turismo. Cabe salientar que, de acordo com Cruz (2000, p. 56), “a política nacional de turismo, nesse período, acabou restringindo-se a uma política de incentivos financeiros e fiscais, especialmente direcionados para o setor hoteleiro”

A Política Nacional de Turismo não chegou a ser aplicada em face da grave instabilidade institucional e econômica no período entre 1992, que viria culminar com o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Seu sucessor, Itamar Franco, deu início a uma nova diretriz da política de turismo ao implantar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Mas é no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1996, que a Política Nacional de Turismo passou a ser efetivamente implementada.

Esta nova política tinha como principais objetivos:

- a) a ordenação das ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social;
- b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;
- c) a orientação referencial para o setor privado

Como assinala Beni (1992), uma das grandes dificuldades para a implementação das políticas públicas de turismo é a situação do setor e do órgão competente, na estrutura administrativa do Estado. O fato de se tratar de uma atividade que não pode ser identificada claramente como setor econômico diferenciado contribui para essa situação, já que os bens e serviços vendidos aos visitantes e aos turistas domésticos originam-se de vários ramos da produção. O êxito do planejamento e da execução das políticas de turismo vai depender, e muito, do seu lugar na hierarquia do Estado.

Beni também ressalta algumas outras dificuldades na criação e implantação das políticas: a indefinição da própria política com relação à normatização institucional da gestão dessa política; a falta de integração e coordenação entre os organismos oficiais de turismo em todos os níveis; a inexistência de uma ação intersetorial no desenvolvimento do turismo; a descontinuidade administrativa; a carência de mão-de-obra qualificada e especializada, e a ausência de pesquisas científicas (Beni, 1991, p. 161-9).

## **CAP 2.4 - GESTÃO PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA**

Dispondo a matriz orçamentária como orientação, podemos entender que o orçamento público está diretamente ligado à arrecadação dos impostos, sejam eles diretos (cobrados sobre bens, salários, aluguéis, rendimentos de aplicações financeiras, sendo cobrado diretamente do consumidor e pago diretamente para o governo, como IRPF, IPVA e IPTU) ou indiretos (que incidem sobre transações de mercadoria e serviços, sendo a base tributária os valores de compra e venda, ou seja, esses impostos são cobrados sobre as mercadorias que consumimos - comida, roupa, etc... - tendo como exemplo o ICMS, ISS e IPI cobrados indiretamente).

Para reger o ciclo orçamentário foram elaboradas três leis: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) – são estreitamente ligadas entre si, compatíveis e harmônicas. Elas formam um sistema integrado de planejamento e orçamento, reconhecido na Constituição Federal, que deve ser adotado pelos municípios, pelos estados e pela União.

Rezende e Cunha (2013) ressaltam que a confirmação da eficácia da gestão pública se dá por um envolvimento comprometido por parte dos gestores. No entanto, as descontinuidades de lideranças, tão comum em cargos ocupados por nomeações, acabam por gerar a descontinuidade da gestão, o que tem por consequência o comprometimento dos objetivos e resultados propostos em seu período de planejamento.

Sendo assim, os gestores têm o papel e a responsabilidade de encaminhar e alocar esses recursos de acordo com as estratégias e as leis que definem este destino. Na gestão do turismo um dos recursos que garante a manutenção dos equipamentos e atividades turísticas é a verba destinada ao FUMTUR (Fundo de Melhoria do Municípios Turísticos) que, segundo a lei que o regimenta, destina-se ao desenvolvimento de programas de melhorias e preservação ambiental, urbanização, serviços e equipamentos. Sua dotação orçamentária anual corresponde à por 11% do total da arrecadação dos impostos municipais das estancias, podendo também receber aportes de outras naturezas como doações e realocações provindas de outros programas.

Para cada um dos 140 MITs são destinados cerca de R\$600 mil provindos do DADETUR para serem investidos exclusivamente no desenvolvimento do turismo, em programas de melhoria e preservação ambiental, urbanização, serviços e

equipamentos turísticos. Devido a relevância deste recurso pode-se inferir que a partir dele surge um estímulo ao interesse por parte dos gestores nos municípios em elaborar, desenvolver e gerir atividades turísticas em suas localidades, dando início ou andamento no desenvolvimento dos documentos e estruturas requisitos para receber a classificação.

## **CAP 2.5 - PDT, INVENTÁRIO TURÍSTICO E COMTUR**

O Plano Diretor de Turismo é o documento principal para que uma cidade possa pleitear ou manter-se tanto como Estância ou transformar-se em um Município de Interesse Turístico. Basicamente ele funciona como um “guia” para que os agentes do setor público e privado se orientem para atingir os seus objetivos de desenvolvimento.

São componentes deste documento, e respectivamente em sua ordem de desenvolvimento, um etapa de diagnóstico, onde é realizado um inventário turístico do município contendo nele todos os equipamentos e serviços disponíveis como atrativos turísticos, meios de hospedagem no local ou na região, serviços médicos emergenciais, de alimentação, de informação turística, de transportes, de comunicação, de segurança e a infraestrutura básica para atender às populações fixas e flutuantes (abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos)

Segundo Ruschmann, o Diagnóstico:

[...] descreve a situação atual da destinação com base nos fatos, nas estatísticas e no seu histórico, obtidos pelo inventário. O fator mais importante do diagnóstico reside na apresentação de uma visão analítica do fenômeno turístico na localidade, das variáveis que a determinam e das relações mais importantes. (1997, p.160)

Posteriormente é realizada uma análise crítica quanto ao que tange a infraestrutura, acessibilidade, capacidade atual e futura de fluxo, obtendo assim um panorama dos recursos para o recebimento dos visitantes.

Outro ponto importante na fase de diagnóstico se trata de um levantamento realizado com uma pesquisa aplicada diretamente com os turistas para identificar quais espaços ele consome, quanto gasta, quanto tempo fica e o que agrada e desagrade durante sua visita.

Para se tomar as principais decisões de como o município se posicionará suas estratégias para abordagem do turismo, ele deverá organizar um Conselho Municipal de Turismo, o COMTUR, que deve ser composto, além de componentes da esfera pública de gestão, por agentes ativos do trade turístico, portanto, representantes dos setores hoteleiros, entretenimento, comércio, restaurantes e demais áreas relacionadas ao turismo são de grande importância para sua excelência em atingir seus objetivos.

A fim de auxiliar os municípios, a Secretaria de Turismo do estado de São Paulo criou uma Cartilha de Orientação de acordo com a Lei 1.261/15, contendo todos os passos para que um MIT se torne de fato uma Estância e, também, para que uma Estância mantenha seu título e seu acesso aos recursos do DADE. No documento, também é possível ter acesso à Lei 1.261/15 completa para consulta. Segundo a Cartilha, um Plano Diretor de Turismo deve ser composto basicamente por: Inventário; Diagnóstico; Prognóstico e Plano de Ações.

Este modelo não possui caráter de execução obrigatória, sendo apenas uma sugestão da Secretaria de Turismo do estado de São Paulo, a fim de nortear os municípios na elaboração deste projeto. A Cartilha ressalta que o PDT deve “ser elaborado pelo órgão de turismo da Prefeitura ou em convênio com Faculdade de Turismo ou entidade pública ou privada especializada” (p. 21).

**Quadro 2** - Estrutura de desenvolvimento segundo a Cartilha de Orientação MIT.

<p>Capítulo I - Apresentação e metodologia</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentação do Plano;</li> <li>● O município;</li> <li>● Objetivos do plano;</li> <li>● Breve histórico e caracterização do território;</li> <li>● Aspectos culturais e sociais do município;</li> <li>● Índices e dados da cidade;</li> <li>● Inserção regional e acessibilidade;</li> <li>● Legislação municipal, urbana e rural;</li> <li>● Mapa do município;</li> <li>● COMTUR;</li> <li>● Participação do Desenvolvimento Regional.</li> </ul>
<p>Capítulo II - Inventário e Diagnóstico</p>	<p>Apresentação dos principais elementos da oferta turística, divididos em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Atrativos Naturais;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Atrativos Culturais;</li> <li>● Eventos;</li> <li>● Meios de Hospedagem;</li> <li>● Alimentos e bebidas;</li> <li>● Outras estruturas (agências de viagens, transportadores, postos de informações turísticas, espaços para eventos, entre outros);</li> <li>● Infraestrutura de apoio.</li> </ul>
Capítulo III - Prognóstico, análise e propostas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Expor sugestões do COMTUR e das audiências públicas;</li> <li>● Definição dos pontos fortes e fracos do município;</li> <li>● Definição de estratégias para desenvolvimento do turismo no local;</li> <li>● Sugestão das principais prioridades para o turismo;</li> <li>● Indicação dos potenciais.</li> </ul>
Capítulo IV - Conclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Propostas de ações para o município;</li> <li>● Considerações finais;</li> <li>● Projeto de lei;</li> <li>● Referências bibliográficas para a construção do PDTur.</li> </ul>

Fonte: Cartilha de Orientação de Acordo com a Lei 1261/15, 2015. Adaptação: Gabriel Costa

## CAPÍTULO 3 - OBJETO DE PESQUISA

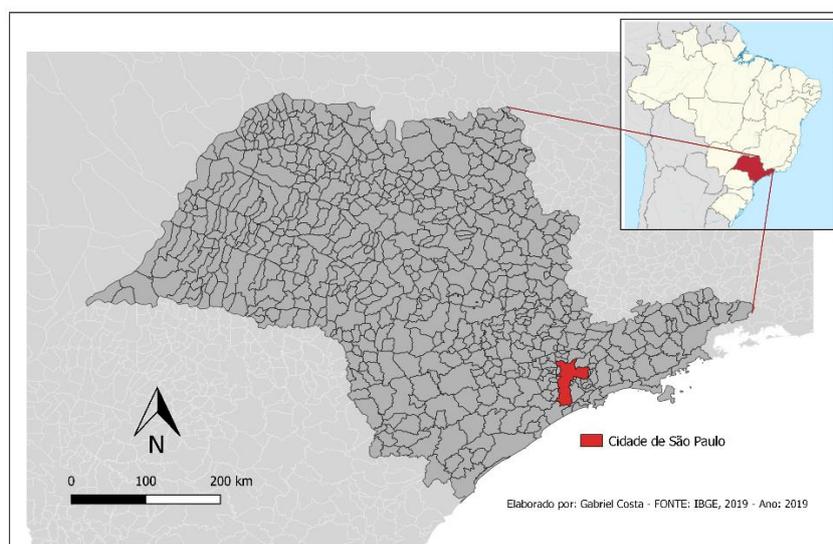
Este capítulo se dedica a apresentar os componentes que serão analisados nesse estudo separadamente, sendo eles: O estado de São Paulo e suas estruturas responsáveis pela gestão pública do turismo, o profissional e o estagiário de turismo e por último um exemplo de contribuição do desenvolvimento universitário do curso de Bacharelado em Turismo oferecido pela Universidade Federal de São Carlos - para que posteriormente, na etapa de análise, sejam realizados cruzamentos de suas informações para buscar os resultados da investigação deste trabalho.

### CAP 3.1 - O ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil, estando situado na Região Sudeste do país e tendo por limites ao norte e nordeste os estados de Minas Gerais, a sul o Paraná, a leste o Rio de Janeiro e a oeste o Mato Grosso do Sul, além de ser banhado por toda sua costa leste pelo Oceano Atlântico. O estado está dividido em 645 municípios cobrindo uma área total de aproximadamente 250.000 km<sup>2</sup>, o equivalente a 2,9% da superfície territorial do Brasil, sendo pouco maior que o Reino Unido. Tem como sua capital o município de São Paulo.

Tem como regionalizações oficialmente vigentes e consideradas pela Secretaria de Planejamento e Gestão, além dos 645 municípios, 15 regiões administrativas, 42 regiões de governo e 6 regiões metropolitanas. (SEADE, 2019)

**Figura 1** - Mapa do estado de São Paulo



Com mais de 45 milhões de habitantes, ou cerca de 22% da população brasileira, é o estado mais populoso do Brasil, a terceira unidade política mais populosa da América do Sul (superado pela Colômbia e pelo restante da federação brasileira) e a subdivisão nacional mais populosa do continente americano. A população paulista é uma das mais diversificadas do país e descende principalmente de italianos, que começaram a emigrar para o país no fim do século XIX, de portugueses, que colonizaram o Brasil e instalaram os primeiros assentamentos europeus na região, de povos ameríndios nativos, de povos africanos e de migrantes de outras regiões do país. Outras grandes correntes imigratórias como de árabes, alemães, espanhóis, japoneses e chineses, também tiveram presença significativa na composição étnica da população local.

O estado apresenta o maior produto interno bruto (PIB) do país, destacando-se na área de prestação de serviços. De acordo com dados relativos a 2016, o PIB paulista era de R\$ 2.038.005 enquanto o PIB per capita era de R\$ 45.542,32. Se o estado de São Paulo fosse um país independente, seu PIB poderia ser classificado na 21ª posição entre as maiores economias do mundo (SEADE 2016).

São Paulo possui uma economia diversificada, entre as atividades desenvolvidas no estado, as indústrias metal-mecânica, de álcool e de açúcar, têxtil, automobilística e de aviação; os setores de serviços e financeiro; e o cultivo de laranja, cana de açúcar e café formam a base de uma economia que responde por cerca de um terço do PIB brasileiro, algo em torno de 550 bilhões de dólares na paridade de poder de compra. Além disso, o estado oferece boa infraestrutura para investimentos, devido a sua ampla malha rodoviária, além destas características, São Paulo possui a segunda maior bolsa de valores do mundo (em valor de mercado) a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BOVESPA).

Apesar de continuar crescendo economicamente e de seu PIB ter alcançado um trilhão de reais em 2010 em valores nominais (o maior do país), o estado de São Paulo perdeu parte de sua participação no PIB nacional devido, principalmente, a uma tendência histórica de desconcentração econômica e de diminuição das desigualdades regionais do Brasil. Em 1990 o estado respondia por 37,3% do produto interno bruto do Brasil. Em 2012, a participação na produção total de bens e serviços do país foi de 32,1%.

Entre os setores que compõem o cenário econômico do estado, o turismo representa uma fatia de 10% do PIB, estando previsto registrar cerca de R\$279 bilhões no ano de 2019, segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo.

A Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (APRECESP), uma entidade privada que representa os municípios no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística, informa que as modalidades de turismo contempladas pelo território do estado são compostas por: Ecoturismo, Turismo Religioso, Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo de Esportes, Turismo de Saúde, Turismo de Estudos e de Intercâmbio, Turismo Social, Turismo de Pesca, Turismo Gastronômico, Turismo Náutico, Turismo Cultural, Turismo de Sol e Praia. O turismo presente no estado provoca um grande movimento interno por parte da população. São Paulo possui três polos de turismo: a capital, o litoral e o interior.

A capital, responsável por acolher 14,9 milhões de turistas em 2016, dado que destaca a sua pujança como protagonista turístico, dispondo de uma inesgotável variedade de atrativos em muitos dos segmentos do turismo, tendo como principal eixo o turismo de negócios.

O litoral, com 622 quilômetros de extensão, possui 293 praias em dezesseis municípios, todos classificados como "estâncias balneárias".

No interior localizam-se estâncias, turismo rural, ecológico, municípios com clima europeu, cachoeiras, cavernas, rios, serras, fontes de água mineral, parques naturais, construções históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII, igrejas em arquitetura jesuíta, sítios arqueológicos e unidades de conservação que possuem estrutura para o recebimento turístico.

A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo organiza e classifica os municípios através de segmentação e interação regional, elaborando roteiros e destacando identidades regionais de acordo com as atividades desenvolvidas nos municípios.

**Figura 2 - Mapa turístico do estado de São Paulo**



FONTE: Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2019

### CAP 3.1.1 - SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Embora a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo exista desde 1965, sua configuração atual foi estabelecida em 1º de janeiro de 2011, pelo decreto 56.635 e se organiza pelo decreto Nº 56.638/2011 e alterado inciso II do artigo 3º pelo decreto 57748/2012, tendo como objetivo promover o turismo como atividade econômica de forma estratégica, contribuindo para a geração de emprego, renda e desenvolvimento em todo o Estado, cabendo a ela também: planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as políticas de promoção do turismo; formular diretrizes para o desenvolvimento de ações, planos e programas, inclusive mediante a execução de obras relativos ao turismo no Estado; apoiar outras instituições, particulares ou não, para a criação de políticas que incrementem o turismo; difundir as atrações turísticas de todo o Estado de São Paulo, dentro e fora do país; organizar permanentemente um inventário sobre o potencial turístico do Estado; incentivar a criação de escolas e cursos destinados à capacitação de profissionais para o exercício de atividades relacionadas ao turismo; elaborar o calendário turístico do Estado.

Em sua estrutura também estão envolvidos o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), o Conselho Estadual de Turismo e o Conselho do Turismo Regional.

### **CAP 3.1.2 - DADETUR, ESTÂNCIAS E MITs**

- **DADETUR**

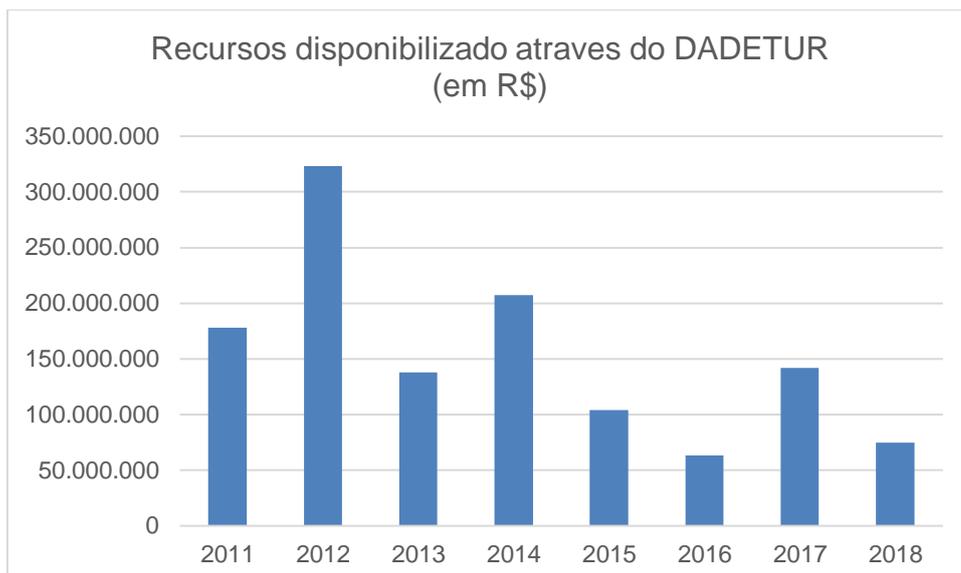
Criado pela Lei nº 6.470, em junho de 1989 para, entre outras atribuições, transferir recursos diretos para a execução de obras e programas ligados ao desenvolvimento do turismo nas cidades reconhecidas como estâncias, o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos - DADETUR passou por uma reorganização em janeiro de 2011, por intermédio do decreto 56.638, com o qual a Secretaria de Turismo passa a dispor em sua estrutura básica 70 municípios que recebem o título de estâncias turísticas.

Os recursos dos convênios que essas cidades celebram com o DADETUR provêm do Fundo de Melhoria das Estâncias, que é mencionado no artigo 146 da Constituição do Estado de São Paulo e funciona de acordo com a lei 7.862/1992.

A receita que o Fundo disponibiliza para os municípios é composta pela somatória dos Impostos Municipais de todas as estâncias, por meio da apresentação de seu DREMU (Declaração de Receita Tributária Própria Municipal). Há também uma dotação oriunda do Governo do Estado no próprio Plano Plurianual. O orçamento que é disponibilizado para cada cidade, anualmente, também varia de acordo com a participação do próprio município na composição do Fundo de Melhoria das Estâncias.

Desde 2011 sob tutela da Secretaria de Turismo, a verba do DADETUR é um recurso que está disponível para cada estância no orçamento do Estado todos os anos, para recebê-lo a Prefeitura deve determinar quais serão os objetos dos convênios a serem celebrados, ou seja, onde a verba será aplicada.

Esses objetos são apresentados primeiramente ao Conselho Municipal de Turismo e, após aprovação, seguem ao Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, por meio de planos de trabalho. Quando o Conselho aprova os objetos, a Prefeitura desenvolve um projeto para cada um deles, explicando detalhadamente como será utilizada a verba que receber do DADETUR. O departamento então analisa tecnicamente cada projeto e os aprova quando estiverem de acordo com as normas. Depois da aprovação dos projetos, os convênios entre município e DADETUR, são assinados, pelo prefeito e pelo secretário de Turismo do Estado e a só então os recursos passam a ser liberados.

**Figura 3** – Histórico dos recursos disponibilizados pelo DADETUR

Fonte: Dados e Fatos – Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. 2019.

- **Estâncias e MITs**

A existência das estâncias está respaldada desde 1945, data do primeiro diploma legal que versava sobre esse assunto: o Código de Águas Minerais (Decreto/Lei 7.841), editado pela União, que estabeleceu requisitos mínimos para a instalação e funcionamento de uma estância hidromineral (CEPAM, 2009).

O Estado concede estes títulos à municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos, também devem dispor de infra-estrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Os municípios com este status podem receber aportes financeiros específicos para incentivo ao turismo. Outra regra estrutural dispõe que o número de habitantes do município não deve exceder 200 mil.

Atualmente, de acordo com a classificação de 2018 da Secretaria Estadual de Turismo, existem quatro categorias de estâncias, sendo elas, balneárias, climáticas, hidrominerais e turísticas, todas elas também respaldadas por legislação específica.

- Estâncias balneárias:

Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba.

- Estâncias climáticas:

Analândia, Bragança Paulista, Caconde, Campos do Jordão, Campos Novos Paulista, Cunha, Morungaba, Nuporanga, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí.

- Estâncias hidrominerais:

Águas da Prata, Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Amparo, Atibaia, Ibirá, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Poá, Serra Negra, Socorro.

- Estâncias turísticas:

Aparecida, Avaré, Bananal, Barra Bonita, Batatais, Brotas, Eldorado, Embu das Artes, Guaratinguetá, Holambra, Ibitinga, Ibiúna, Igarçu do Tietê, Ilha Solteira, Itu, Joanópolis, Olímpia, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Pereira Barreto, Piraju, Presidente Epitácio, Ribeirão Pires, Salesópolis, Salto, Santa Fé do Sul, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São Pedro, São Roque, Tremembé, Tupã.

Em abril de 2015 foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição 11/2013, que dá nova redação ao artigo 146, com o objetivo de ampliar o número de municípios beneficiários dos recursos vinculados ao Fundo de Melhoria das Estâncias, desta maneira, o estado de São Paulo expande a abrangência de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no estado através de um fundo constitucional. Esta iniciativa institui que 140 municípios serão de interesse turístico, todos os municípios do estado podem concorrer a esse título, exceto as Estâncias já existentes, para que estejam aptos, necessitam preencher alguns critérios como potencial turístico, infraestrutura básica, serviço médico emergencial, apresentar um Conselho Municipal de Turismo em atividade, Plano diretor de turismo e expressivos atrativos turísticos.

No ano de 2019, segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, constam na lista de MITs os seguintes municípios:

Adamantina, Adolfo, Agudos, Altinópolis, Anhembi, Apiaí, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Araras, Areias, Barbosa, Barra do Turvo, Barretos, Bebedouro, Bocaina, Bofete, Boituva, Botucatu, Brodowski, Buritama, Cabreúva, Cachoeira Paulista, Campina do Monte Alegre, Cardoso, Cesário Lange, Cruzeiro, Cubatão, Divinolândia, Dois Córregos, Espírito Santo do Pinhal, Estiva Gerbi, Fernandópolis, Garça, Guaíra, Guararema, Iacanga, Ibirarema, Icém, Igarapava, Igaratá, Indiaporã, Ipeúna, Iporanga, Itaoca, Itapeva, Itapira, Itápolis, Itaporanga, Itapuí, Itapura, Itararé, Itariri, Itatiba, Itirapina, Itupeva, Ituverava, Jaboticabal, Jacareí, Jacupiranga, Jales, Jarinu, Jaú, Jundiá, Juquiá, Juquitiba, Laranjal Paulista,

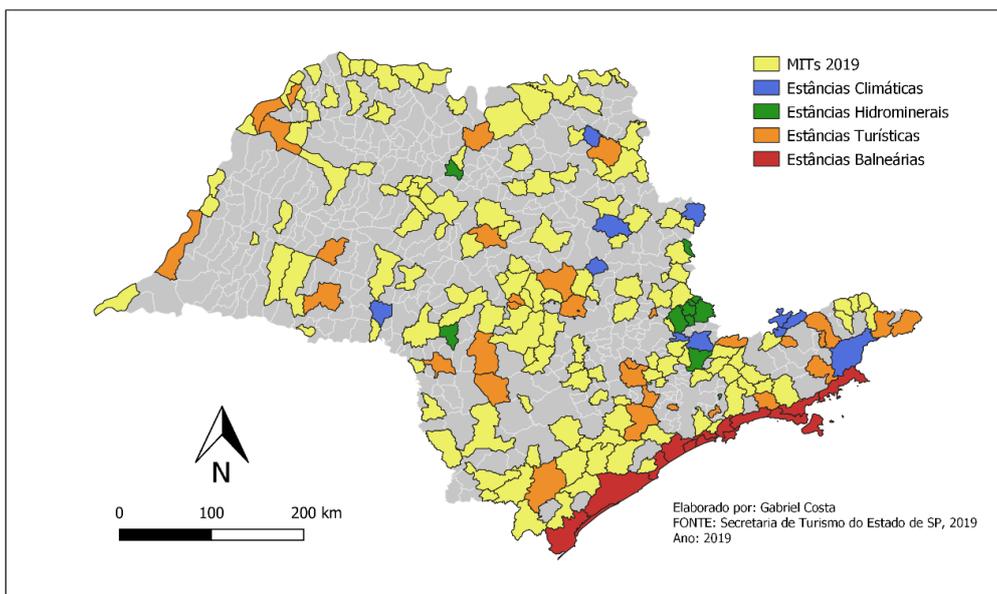
Lavrinhas, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Mairiporã, Marília, Martinópolis, Mendonça, Miguelópolis, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Miracatu, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Monte Alto, Monteiro Lobato, Nazaré Paulista, Novo Horizonte, Orlandia, Ouroeste, Palmeira D'oste, Panorama, Paraibuna, Pardinho, Patrocínio Paulista, Paulicéia, Paulo de Faria, Pedreira, Pedrinhas Paulista, Piedade, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus, Piratininga, Pongaí, Porto Ferreira, Queluz, Rancharia, Registro, Ribeirão Grande, Rifaina, Riolândia, Rosana, Rubinéia, Sabino, Sales, Santa Albertina, Santa Branca, Santa Clara D'oste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santo Antônio da Alegria, Santo Expedito, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Manuel, São Miguel Arcanjo, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Sud Mennucci, Tabatinga, Tambaú, Tapiraí, Tatuí, Timburi, Torrinha, Três Fronteiras, Ubarana, Uchôa, Valentim Gentil, Votorantim, Votuporanga.

A distribuição das estancias e MITs se dá de forma bastante abrangente por todo o território do estado, embora tenha uma maior concentração na porção sul e sudeste.

Com a implementação do modelo que passa a gerir a classificação dos municípios como Estância e MITs no estado de São Paulo, a SETUR realizará uma avaliação baseada em determinados critérios que envolvem os índices de investimentos nas estruturas e serviços turísticos de cada município e organiza-los em um ranking que por sua vez imputa às Estancias e MITs uma alternância baseada nesta avaliação de performance da gestão de turismo. O funcionamento desta regra implica em uma reavaliação a cada 3 anos onde os municípios recebem uma pontuação que os posicionam neste ranqueamento, desta maneira, as três últimas classificadas na categoria de Estancia correm o risco de perder o título caso sua pontuação seja inferior às alcançadas pelas melhor posicionadas da lista de MIT, dando a estas a possibilidade de receber a classificação de Estância.

Embora esse modelo de avaliação ainda não tenha sido aprovado em todas as instâncias, a medida propõe um formulário de avaliação baseado em quesitos como segurança, limpeza e manutenção das estruturas e equipamentos que, de modo geral, são associados à qualidade do turismo. Também são considerados critérios complementares, como a posição da cidade no Índice Paulista de Responsabilidade Social.

**Figura 4 - Estâncias e municípios de interesse turístico do estado de São Paulo**



Com a variedade e dispersão geográfica dos municípios que apresentam potencial e atrativos consolidados no estado, ele depende de instituições que exerçam atividades auxiliares para a gestão e compreensão turismo, como um dos mecanismos para atender esta necessidade de estudar o fenômeno turístico e suprir as demandas provindas do avanço de suas atividades em geral o estado passa a contar com o apoio da Universidade Federal de São Carlos que criou em 2006 o bacharelado de Turismo desenvolvido no campus da região de Sorocaba.

### **CAP 3.2 - UFSCAR E O BACHARELADO DE TURISMO**

Segundo site oficial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ela teve sua fundação em 1968 e foi a primeira instituição federal de Ensino Superior instalada no interior do Estado de São Paulo. A Universidade se destaca pelo alto nível de qualificação de seu corpo docente: 99,8% são doutores ou mestres e 95,8% dos professores desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão em regime de dedicação exclusiva. (UFSCAR, 2019)

A UFSCar foi classificada na 10ª posição entre as melhores universidades do Brasil pelo Ranking Universitário Folha (RUF) em 2017. O RUF é uma avaliação anual do Ensino Superior do País feita pelo jornal Folha de S. Paulo desde 2012. Também segundo avaliação do Ministério da Educação (MEC) divulgada em novembro de

2017, a Universidade atingiu a nota máxima (5) no ICG (Índice Geral de Cursos), indicador de qualidade do Ensino Superior, e está entre as 10 melhores universidades do País. Já o Times Higher Education (THE), um dos principais rankings internacionais de universidades, colocou a UFSCar em 18º lugar entre 81 instituições de Ensino Superior da América Latina.

**Figura 5** - Logotipo da Universidade Federal de São Carlos



FONTE: Site oficial da instituição, 2019. Disponível em: <<https://www2.ufscar.br/>>

A Universidade possui quatro campi, sendo eles: São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino.

- **Campus Sorocaba.**

O Campus Sorocaba, criado em 2005, está localizado próximo ao km 100 da rodovia João Leme dos Santos (SP-264), e possui uma área de 70 hectares de extensão e 48 mil m<sup>2</sup> de área construída, distribuídos entre três centros acadêmicos – Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade (CCTS), Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB) e Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia (CCGT). O Campus possui dois edifícios de aulas teóricas, 62 laboratórios, três auditórios, biblioteca, restaurante universitário, lanchonete, ambulatório, quadra esportiva e pista de atletismo.

Do início da sua implantação em 2005, ainda nas instalações da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (Facens) e da empresa NCH, o Campus Sorocaba mais que triplicou o número de seus cursos de graduação. Atualmente, são 13 graduações oferecidas e dez programas de pós-graduação, além das mais de mil atividades de extensão em diferentes áreas do conhecimento. No contexto atual, o Campus Sorocaba conta com aproximadamente 3 mil alunos em atividade; 185 docentes em regime de dedicação exclusiva, sendo 99% doutores; e 110 servidores técnico-

administrativos comprometidos com o desenvolvimento da Universidade. O quadro de pessoal composto também por 12 professores substitutos; 41 estagiários.

Em 2016, o Campus Sorocaba celebrou 10 anos de expansão física, fortalecimento institucional e, principalmente, de ampliação das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na última década foram estreitados laços com a cidade de Sorocaba e sua região metropolitana, construindo uma identificação da Universidade com o município, visando a expansão do conhecimento. Nesse período foram firmadas mais de 400 parcerias com empresas e outras organizações públicas e privadas, essas parcerias evidenciam a relação e as contribuições que a universidade pode prover principalmente aos municípios adjacentes.

O campus oferece atualmente 13 cursos de graduação, sendo: bacharelados em Administração, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Ciências Econômicas, Engenharia de Produção, Engenharia Florestal e Turismo; e licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia e Química; e 17 cursos de Pós-Graduação em variadas áreas de estudo.

**Figura 6 - Mapa da UFSCAR - campus Sorocaba**



FONTE: Site oficial da instituição, 2019. Disponível em: <<https://www2.ufscar.br/>>

- **Curso de Bacharelado em Turismo**

O Turismo é reconhecido, atualmente, como uma das melhores opções, em termos mundiais, para enfrentar os condicionantes da recessão, desemprego e automação, visto o vasto potencial de empregabilidade direta e indiretamente em suas atividades. Há, assim, um progressivo interesse, tanto de governos, quanto de

empresas, instituições do terceiro setor e comunidades, na implantação da atividade turística. Dessa forma, o curso vai ao encontro de um mercado de atuação abrangente e em constante evolução, enfatizando a ética e a sustentabilidade, em seus diversos âmbitos.

O curso tem como um de seus princípios formar profissionais preparados para atuar nas diversas áreas do setor, capazes de identificar o potencial turístico de uma área, bem como desenvolver e gerenciar projetos turísticos, com o diferencial de uma sólida formação voltada ao planejamento e organização do setor, especialmente sob os pontos de vista natural e histórico-cultural. Abrangendo o estudo sobre patrimônio, comunidade local, planejamento turístico, gerenciamento da visitação em áreas naturais, organização do turismo em locais de interesse histórico-cultural, cartografia e geotecnologias aplicadas ao Turismo, elaboração de projetos, além das disciplinas voltadas a gestão de empresas turísticas, políticas públicas, organização de eventos, agenciamento, hotelaria, meios de hospedagem, gastronomia, dentre outras. Também há a oferta de disciplinas optativas visando a complementação da formação, de acordo com a área de maior interesse do aluno.

O plano pedagógico do curso demonstra certo intuito em ocupar vagas de gestão do turismo e dedicar a estas funções a devida atenção produto do trabalho de um profissional qualificado, identificando o papel do turismo como fator cultural, social e econômico-financeiro na complexidade do mundo globalizado contemporâneo e o potencial turístico de uma região, do ponto de vista ecológico e histórico-cultural. Utilizando-se de metodologias científicas no desenvolvimento de estudos e pesquisas básicas e aplicadas ao turismo em seus diferentes aspectos, levando em consideração um planejamento condizente com o uso sustentável de empreendimentos turísticos elaborando-os em consonância com as questões ambientais, socioculturais, econômico-financeiras, éticas e legais.

Para estimular a criação de um senso crítico e permitir experiências práticas aos discentes que possibilitem um contato com a realidade profissional da área, o curso de turismo desenvolve no decorrer de suas atividades, abordando o tema de forma mais direta, nas disciplinas Planejamento Turístico 1 e 2, que envolvem a elaboração de inventários, identificação de potencialidades, contato com estruturas de gestão pública do turismo, entre outras atividades. Além dessas atividades a UFSCar participa das reuniões do COMTUR o que permite um diálogo com o trade turístico.

## CAPÍTULO 4 - RESULTADOS & ANÁLISES

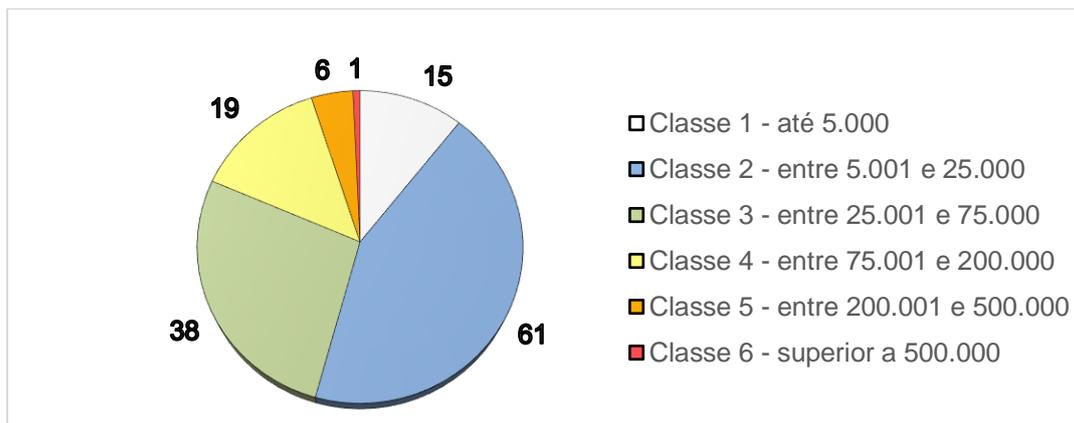
Buscou-se por organizar os municípios do estado de São Paulo de acordo com seu índice populacional, segundo levantamento do IBGE realizado em 2010, classificando-os em faixas e levando em consideração a divisão administrativa de Regiões Imediatas e Intermediárias para orientar a ordem de investigação. Para uma melhor visualização dos dados analisados foi realizado uso da ferramenta QGis para a elaboração gráfica dos mapas.

A pesquisa permitiu cruzar informações sobre a localidade, dimensão e o ano de ingresso na categoria de MIT e assim analisar mecanismos que contribuíram com a elaboração da documentação e também se estes aspectos têm influência no desempenho para celebrar o título.

Do total de 140 municípios que conquistaram o título de MIT, foram obtidas resposta de 43 municípios, representando, portanto aproximadamente 30% do universo pesquisado. Sendo eles: Anhembi, Araçoiaba da Serra, Araras, Areias, Barbosa, Barretos, Cabreúva, Cesário Lange, Cubatão, Dois Córregos, Garça, Guararema, Ibirarema, Icém, Indiaporã, Itaoca, Itapura, Jaboticabal, Jacareí, Jundiá, Juquitiba, Lins, Marília, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Mogi Mirim, Monteiro Lobato, Nazaré Paulista, Pardinho, Piracaia, Pongaí, Rifaina, Rubinéia, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santo Expedito, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São Simão, Sertãozinho, Tambaú, Tatuí, Três Fronteiras e Votuporanga.

Foi necessário elaborar um novo parâmetro para as classes em que os municípios se agrupariam para melhor atender às necessidades desta pesquisa, definindo desta maneira os seguintes grupos de acordo com a quantidade populacional residente: Classe A – municípios com até 5.000 habitantes; Classe B – entre 5.001 e 25.000 habitantes; Classe C – entre 25.001 e 75.000 habitantes, Classe D – entre 75.001 e 200.000 habitantes; Classe E – entre 200.001 e 500.000 habitantes; e Classe F – superior à 500.000 habitantes. A tabela com os dados referentes à esta classificação pode ser visualizada no Apêndice 1. O gráfico seguinte condensa os dados para uma visualização da quantidade de municípios em cada classe.

**Figura 7 – Divisão de classes por habitantes**

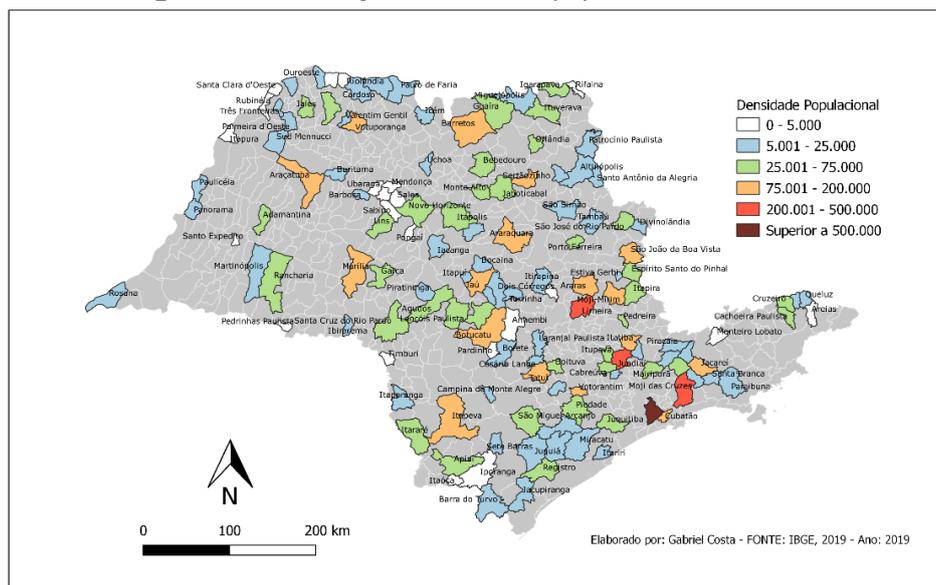


Elaborado por: Gabriel Costa – FONTE: IBGE, 2019

Definidas essas diretrizes, se iniciam algumas reflexões através de comparações dos dados recolhidos dos municípios e um suporte de informações já levantadas em pesquisa anterior realizada pelo OTURESP, podendo assim averiguar a influência das políticas públicas no que tange a importância do profissional do turismo nos municípios envolvidos no processo de obtenção do título de MIT e como as instituições reagiram a esta demanda, levando em consideração os recursos, principalmente humanos, que cada município dispõe ou demanda para se desenvolver como receptor turístico.

- **Sobre a localização e distribuição populacional dos municípios.**

É possível analisar com a identificação dos municípios como se dá sua distribuição no território do estado, podendo constatar que os municípios com maior índice populacional encontram-se próximos à capital e que os municípios com um quantidade menos numerosa estão mais bem distribuídos pelo território, concentrando maiores índices populacionais em sua porção leste. Sobre esta característica pode-se analisar os possíveis prós e contras estabelecidos com essa proximidade com a capital para a atividade turística.

**Figura 8 - Localização e dimensão populacional dos MITs**

- **Sobre a relação entre Municípios de Interesse Turístico 2019 e ano de ingresso na categoria.**

Os municípios que enviaram as solicitações para ingressar na lista de interesse turístico foram oficializados de acordo com a aprovação efetivada pela Secretaria de Turismo do estado, sendo feito um cruzamento de informações com os dados de quantidade de habitantes e o ano de ingresso, para assim poder averiguar se os fatores relacionados à extensão dos municípios e de sua dimensão populacional se apresentam como agentes impactantes diretos para a elaboração da documentação e obtenção do título, como disposto nas tabelas a seguir, onde as tabelas indicam o ano de entrada dos municípios ao título de MIT e as suas respectivas cores indicam suas categorias de dimensão populacional como descrito na tabela (Apêndice 1).

**Tabela 2 – MITs ingressantes no ano de 2017.**

MUNICÍPIOS INGRESSANTES EM 2017		
AREIAS	SANTA BRANCA	PIEDADE
MIRA ESTRELA	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	RANCHARIA
RIFAINA	SÃO SIMÃO	REGISTRO
RUBINÉIA	TABATINGA	SANTA CRUZ DO RIO PARDO
SANTO EXPEDITO	TAMBAÚ	SANTA ISABEL
ALTINÓPOLIS	TAPIRAÍ	ARARAS
BRODOWSKI	UCHÔA	ARARAQUARA

BURITAMA	AGUDOS	BARRETOS
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	CABREÚVA	CRUZEIRO
CARDOSO	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	JAÚ
IACANGA	GUARAREMA	LIMEIRA
ITAPUÍ	ITUPEVA	LINS
NAZARÉ PAULISTA	LENÇÓIS PAULISTA	MAIRIPORÃ
RIO LÂNDIA	MARTINÓPOLIS	MOGI DAS CRUZES
ROSANA	MONTE ALTO	TATUÍ
SABINO	NOVO HORIZONTE	VOTUPORANGA
SALES	PEDREIRA	JUNDIAÍ
LEGENDA		
até 5.000 hab.	entre 5.001 e 25.000 hab.	entre 25.001 e 75.000 hab.
entre 75.001 e 200.000 hab.	entre 200.001 e 500.000 hab.	superior à 500.000 hab.

**Tabela 3** – MITs ingressantes no ano de 2018.

MUNICÍPIOS INGRESSANTES EM 2018		
IPORANGA	MIRACATU	FERNANDÓPOLIS
ITAOCA	OUROESTE	ITAPIRA
ITÁPOLIS	PANORAMA	ITARARÉ
ITAPURA	PARAIBUNA	ITUVERAVA
MONTEIRO LOBATO	PARDINHO	JALES
PEDRINHAS PAULISTA	PATROCÍNIO PAULISTA	LARANJAL PAULISTA
APIAÍ	PAULO DE FARIA	ORLÂNDIA
BARBOSA	PIRATININGA	PIRACAIA
BOFETE	QUELUZ	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
CESÁRIO LANGE	RIBEIRÃO GRANDE	SÃO MIGUEL ARCANJO
ESTIVA GERBI	SETE BARRAS	CUBATÃO
IGARATÁ	SUD MENNUCCI	ITATIBA
JACUPIRANGA	TORRINHA	SERTÃOZINHO
MENDONÇA	UBARANA	JACAREÍ
MIGUELÓPOLIS	BOITUVA	
MINEIROS DO TIETÊ	CACHOEIRA PAULISTA	
LEGENDA		
até 5.000 hab.	entre 5.001 e 25.000 hab.	entre 25.001 e 75.000 hab.
entre 75.001 e 200.000 hab.	entre 200.001 e 500.000 hab.	superior à 500.000 hab.

**Tabela 4** – MITs ingressantes no ano de 2019.

MUNICÍPIOS INGRESSANTES EM 2019		
ADOLFO	ITIRAPINA	JARINU
BOTUCATU	JUQUIÁ	JUQUITIBA
INDIAPORÃ	LAVRINHAS	PORTO FERREIRA
PONGAÍ	PALMEIRA D'OESTE	SÃO MANUEL
SANTA CLARA D'OESTE	PAULICEIA	ARAÇATUBA
TIMBURI	PIRAPORA DO BOM JESUS	BEBEDOURO
ANHEMBI	SANTA ALBERTINA	ITAPEVA
BARRA DO TURVO	TRÊS FRONTEIRAS	JABOTICABAL
BOCAINA	VALENTIM GENTIL	MOGI MIRIM
DIVINOLÂNDIA	ADAMANTINA	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
IBIRAREMA	ARAÇOIABA DA SERRA	VOTORANTIM
ICÉM	DOIS CÓRREGOS	MARÍLIA
IPEÚNA	GARÇA	SÃO BERNARDO DO CAMPO
ITAPORANGA	GUAÍRA	
ITARIRI	IGARAPAVA	
LEGENDA		
até 5.000 hab.	entre 5.001 e 25.000 hab.	entre 25.001 e 75.000 hab.
entre 75.001 e 200.000 hab.	entre 200.001 e 500.000 hab.	superior à 500.000 hab.

Feita esta primeira análise das características em questão, apresentadas pelos municípios, pode-se constatar que eles encontram-se distribuídos homogeneamente ao longo dos anos de ingresso, não indicando as características dimensão populacional como fator determinante para impactar nas tramitações das exigências contidas nas cláusulas para modalidade. Apresentando como único representante de um possível impasse referente a este aspecto, o município de São Bernardo do Campo, detentor de uma população superior à quinhentos mil habitantes e ingressante no sistema de MITs apenas no ano de 2019.

- **Sobre as instituições de gestão públicas de turismo:**

Com estes dados faz-se possível uma análise no que diz respeito ao perfil dos municípios em relação ao tipo de gestão aplicado ao turismo, levando em consideração se as suas dimensões populacionais podem interferir no modo como o município enxerga a atividade turística, averiguando em que pasta da gestão a instituição responsável pelo turismo encontra-se vinculada, ou seja, se o fato de ser uma cidade pequena ou grande apresenta alguma ligação com alinhamento da

atividade turística no âmbito municipal. Aqui também pôde-se fazer um paralelo com a realidade percebida em pesquisa anterior realizada pelo OTURESP, averiguando possíveis tendências de aproximação da gestão turística com as demais pastas.

- **Sobre a instituição responsável pela gestão municipal do turismo:**

Levanta-se nesta etapa a locação da pasta responsável pela gestão do turismo, podendo assim ter um panorama, ainda que superficial, de como o turismo é tratado no município, ou seja, em qual eixo de gestão ele encontra-se ancorado.

**Tabela 5** – Relação de órgãos detentores da pasta do turismo.

MUNICÍPIO	PASTA QUE COMPORTA O TURISMO
MIRA ESTRELA	Não possui departamento dedicado ao turismo
SANTO EXPEDITO	Departamento Educação, Cultura e Esporte
RUBINÉIA	Departamento de Turismo
ITAOCA	Secretaria Educação, Cultura e Turismo
PONGAÍ	Diretoria de Turismo
RIFAINA	Secretaria de Turismo
AREIAS	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico
INDIAPORÃ	Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo
MONTEIRO LOBATO	Secretaria de Cultura e Turismo
ITAPURA	Secretaria de Assistência Social, Cultura e Turismo
TRÊS FRONTEIRAS	Departamento Municipal de Turismo
PARDINHO	Coordenadoria de Turismo
ANHEMBI	Departamento de Turismo de Anhembi
BARBOSA	Departamento Municipal de Turismo
IBIRAREMA	Prefeitura Municipal de Ibirarema - Departamento de Turismo
ICÉM	Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos
MINEIROS DO TIETÊ	Assessoria Adjunta de Turismo
SÃO SIMÃO	Departamento de Turismo
CESÁRIO LANGE	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo
NAZARÉ PAULISTA	Diretoria Desenvolvimento
TAMBAÚ	Coordenadoria de Turismo, Esporte e Cultura
DOIS CÓRREGOS	Departamento de Turismo
PIRACAIA	Departamento de Cultura e Turismo
GUARAREMA	Secretaria de Emprego e Desenvolvimento Econômico
JUQUITIBA	Secretaria Esporte e Turismo

ARAÇOIABA DA SERRA	Departamento de Estudos e Projetos de Turismo	
GARÇA	Prefeitura Municipal de Garça	
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Turístico	
CABREÚVA	Secretaria de Cultura e Turismo	
SANTA ISABEL	Secretaria de Turismo e Desenvolvimento	
JABOTICABAL	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	
LINS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentado e Relações Institucionais	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	Departamento Municipal de Turismo	
MOGI MIRIM	Secretaria de Cultura e Turismo	
VOTUPORANGA	Secretaria da Cultura e Turismo	
TATUÍ	Secretaria de Esporte, Cultura, Turismo, Lazer e Juventude	
BARRETOS	Secretaria de Turismo	
SERTÃOZINHO	Secretaria de Cultura e Turismo	
CUBATÃO	Secretaria Municipal de Turismo	
ARARAS	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Geração de Emprego e Renda	
JACAREÍ	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Diretoria de Turismo	
MARÍLIA	Secretaria do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico	
JUNDIAÍ	Unidade de Gestão do Agronegócio, Abastecimento e Turismo	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo	
LEGENDA		
até 5.000 hab.	entre 5.001 e 25.000 hab.	entre 25.001 e 75.000 hab.
entre 75.001 e 200.000 hab.	entre 200.001 e 500.000 hab.	superior à 500.000 hab.

- **Sobre a presença de profissionais com formação na área de turismo:**

A execução dos Planos Diretores tem se dado muitas vezes sem a presença de um turismólogo nas etapas posteriores a de obtenção do título de MIT, a partir desta afirmação inicia-se um diagnóstico da participação desses profissionais e estudantes em estágio conclusivo da graduação e como eles influenciam no desenvolvimento e manutenção do funcionamento das políticas públicas planejadas através dos PDTs.

Dentre os municípios respondentes, 15 informaram não possuir nenhum funcionário com formação superior ou técnica na área do turismo, São eles: Mira

Estrela, Santo Expedito, Itaoca, Rifaina, Barbosa, Ibirarema, Icém, Cesário Lange, Nazaré Paulista, Piracaia, Juititaba, Garça, Santa Cruz Do Rio Pardo, Santa Isabel e São João Da Boa Vista.

5 informaram contar com a participação de profissionais apenas com nível técnico em seu quadro de funcionários, sendo eles: Areias, Monteiro Lobato, Mineiros Do Tietê, Cubatão e Araras.

12 municípios informaram que fazem parte de seu quadro de funcionários profissionais com graduação de nível superior, sendo que 9 contando com apenas um profissional seguindo este critério: Pongaí, Três Fronteiras, São Simão, Tambaú, Jaboticabal, Lins, Mogi Mirim, Jacareí e Marília; 2 municípios contam com 2 profissionais graduados em cada uma de suas respectivas secretarias: Rubinéia e Jundiá; E Tatuí informou possuir no seu quadro atual de funcionários um total de 4 profissionais com graduação de nível superior em turismo.

5 dos municípios entrevistados informaram possuir tanto profissionais com nível superior quanto técnico, sendo que: Pardinho, Araçoiaba da Serra, Cabreúva e São Bernardo do Campo 1 profissional de nível superior e 1 de nível técnico; e Barretos com 1 profissional de nível superior e 2 de nível técnico.

2 municípios informaram que integram seu quadro de funcionários profissionais com Pós-Graduação na área de turismo, sendo que Votuporanga conta apenas com 1 Pós-Graduado enquanto Sertãozinho além deste ainda conta com mais 2 profissionais de nível superior.

E por último, os municípios de Anhembi e Indiaporã apresentaram uma condição atípica onde ambas não possuem funcionários com nível técnico ou superior diretamente, porém citaram que indiretamente têm à disposição profissionais qualificados seja por alguma pasta adjunta ou por um convênio fechado com a prefeitura.

**Tabela 6** – Participação de profissionais com formação em turismo nos MITs.

MUNICÍPIO	NIVEL DOS PROFISSIONAIS DO TURISMO
DOIS CÓRREGOS	Não possui
GUARAREMA	Não possui
ITAPURA	Não possui
MIRA ESTRELA	Não possui
SANTO EXPEDITO	Não possui
ITAOCA	Não possui
RIFAINA	Não possui
BARBOSA	Não possui

IBIRAREMA	Não possui	
ICÉM	Não possui	
CESÁRIO LANGE	Não possui	
NAZARÉ PAULISTA	Não possui	
PIRACAIA	Não possui	
JUQUITIBA	Não possui	
GARÇA	Não possui	
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	Não possui	
SANTA ISABEL	Não possui	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	Não possui	
AREIAS	1 Técnico	
MONTEIRO LOBATO	1 Técnico	
MINEIROS DO TIETÊ	1 Técnico	
CUBATÃO	1 Técnico	
ARARAS	1 Técnico	
PONGAÍ	1 Superior	
TRÊS FRONTEIRAS	1 Superior	
SÃO SIMÃO	1 Superior	
TAMBAÚ	1 Superior	
JABOTICABAL	1 Superior	
LINS	1 Superior	
MOGI MIRIM	1 Superior	
JACARÉI	1 Superior	
MARÍLIA	1 Superior	
RUBINÉIA	2 Superior	
JUNDIAÍ	2 Superior	
TATUÍ	4 Superior	
PARDINHO	1 Superior e 1 Técnico	
ARAÇOIABA DA SERRA	1 Superior e 1 Técnico	
CABREÚVA	1 Superior e 1 Técnico	
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1 Superior e 1 Técnico	
BARRETOS	1 Superior e 2 Técnico	
VOTUPORANGA	1 Pós-Graduado	
SERTÃOZINHO	2 Superior e 1 Pós-Graduado	
INDIAPORÃ	1 Superior (colaborador indireto)	
ANHEMBI	Superior (conveniados a prefeitura)	
LEGENDA		
até 5.000 hab.	entre 5.001 e 25.000 hab.	entre 25.001 e 75.000 hab.
entre 75.001 e 200.000 hab.	entre 200.001 e 500.000 hab.	superior à 500.000 hab

- **Sobre a participação de graduados e estagiários de turismo nas instituições de gestão pública do turismo.**

Embora exista a necessidade da participação de um profissional qualificado em determinados momentos para se cumprir certos critérios da lei de Municípios de Interesse Turístico, grande parte dessas localidades percebem essa importância, como foi relatado nas entrevistas, visto que em todo o processo de levantamento a presença do profissional qualificado foi, na grande maioria das situações, classificada como essencial, porém a existência de dificuldades logísticas ou mesmo de oferta de profissionais acaba inviabilizando que essas instituições mantenham em seus quadros de funcionários profissionais com essas especificidades.

- **Sobre o cruzamento das informações.**

Traçando um paralelo com as características dos municípios analisados, portanto levando em consideração o ano de obtenção do título de MIT, presença de departamento dedicado ao turismo e presença de profissionais na gestão, alguns aspectos puderam ser constatados e levam a alguns perfis de gestão.

A primeira enquadra os municípios com entrada ao título de MIT no ano de 2017 que por apresentar tanto um departamento dedicado aos assuntos do turismo quanto algum profissional atuando neste departamento indica um compromisso mais consolidado ao desenvolvimento da atividade, considerando que este dado implica numa maior quantidade de recursos aplicados para os cuidados e manutenção das atividades turísticas.

Um segundo grupo que também se destaca são municípios que obtiveram o título mais recentemente, no ano de 2019, e relacionados a suas equipes de gestão já apresentam profissionais e departamentos dedicados aos assuntos do turismo, apontando uma disposição em aplicar esforços para atingir melhores resultados na administração do setor.

E por último um dado com que merece atenção são os municípios que embora estejam classificados como MIT desde o ano de 2017, ainda não desenvolveram uma pasta dedicada à desenvolver a atividade turística e tão pouco apresentam um profissional qualificado para essa gestão, podendo assim indicar um perfil menos preocupado e carente de atenção nos itens relativos ao turismo.

## CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o ingresso no curso de turismo muito se falou sobre o preenchimento de vagas que demandam uma formação bastante específica e multidisciplinar e que deveriam ser dedicadas à profissionais do turismo, porém muitas vezes sendo ocupadas por profissionais de outras áreas, levando em variadas situações à uma interpretação do turismo equivocada em certas realidades. Um assunto sempre tratado em aula e posteriormente presenciado na realidade do ambiente de trabalho, foi o compromisso dos turismólogos em preencher essas vagas e fazer com que o turismo e sua gestão encontrassem um caminho e soluções mais condizentes com as reflexões trazidas no desenvolvimento do curso e o que os estudiosos apontam.

Partindo da percepção desta realidade o trabalho contribui para o entendimento de uma necessidade referente a presença do profissional de turismo junto aos órgãos de gestão pública do turismo, de maneira que os elementos discutidos em etapas de planejamento venham a ser desenvolvidos de forma mais completa, concreta e satisfatória suprimindo as carências amplamente nos cenários em questão, levando em consideração o aumento de recursos no setor turístico nos municípios envolvidos que provavelmente acarretarão num aumento da demanda por profissionais do setor.

A pesquisa cumpre com seus objetivos ao investigar todos os municípios envolvidos, entretanto, o que pôde-se concluir foi que no contexto atual onde os municípios ainda encontram-se, quase que em sua totalidade, em estágio de adaptação ao modelo de avaliação e seleção dos MITs, a presença de um turismólogo ainda é vista como complementar, podendo ser atribuído a este fato uma ineficiência da gestão em direcionar recurso para manter um profissional qualificado no município e inviabilidade logística para atrair um profissional para a região.

A presença de uma certa homogeneidade dos indicadores observados na pesquisa nos aspectos investigados, ou seja, o tamanho do município, a quantidade populacional, o perfil de gestão e a presença de profissionais no quadro de funcionários, impossibilitam inferir que estes são os mais adequados para identificar possíveis gargalos e carências nas estruturas de gestão, não dando precisão a quais seriam os reais obstáculos para a obtenção do título por não indicar influência direta nas questões apresentadas.

Aqui também é importante ressaltar que assim como dito por Barretto (1991), o planejamento e a gestão do turismo devem obrigatoriamente passar por atualizações e renovações para que a atividades esteja em sintonia com a realidade de onde é desenvolvida.

Pensando nisso cabe sugerir a obrigatoriedade da atuação dos profissionais de turismo aos municípios que obtiverem o título tanto de Estância quanto de MIT, visando uma melhor execução dos projetos planejados e sua manutenção sob o acompanhamento de um profissional com conhecimentos aplicados a área.

Este trabalho leva a um questionamento sobre o destino do volumoso montante de dados coletados durante o processo de criação dos MITs. Esses dados terão o tratamento devido e serão fertilizantes para novos caminhos para o turismo regional ou serão aos poucos empilhados e descartados devido à carência de mão de obra especializada para seu manejo?

Neste sentido a UFSCar cumpriria seu papel social ao formar profissionais para assumirem essas funções na tarefa de garantir que o turismo seja desenvolvido levando em consideração toda sua complexidade e alcance resultados positivos ao criar condições sustentáveis para a elaboração das atividades turísticas.

Portanto assim deixando um caminho aberto à novos pesquisadores interessados nestas inquietações e indicando uma investigação venha a identificar quais seriam os alunos do curso de turismo da UFSCar, tanto aqueles que vieram a ter atuações como estagiários quanto como egressos, que teriam contribuído para o desenvolvimento dos MITs.

## APÊNDICE 1

### Apêndice 1 – Área e população dos MITs.

MUNICÍPIO	AREA (km <sup>2</sup> )	HABITANTES	FAIXA HAB.
SANTA CLARA D'OESTE	183,458	2.118	até 5.000
TIMBURI	196,790	2.663	até 5.000
MIRA ESTRELA	216,825	3.066	até 5.000
PEDRINHAS PAULISTA	152,309	3.085	até 5.000
SANTO EXPEDITO	94,465	3.086	até 5.000
RUBINÉIA	242,877	3.125	até 5.000
ITAOCA	183,015	3.326	até 5.000
PONGÁÍ	183,399	3.432	até 5.000
ADOLFO	211,055	3.571	até 5.000
RIFAINA	162,508	3.618	até 5.000
AREIAS	305,227	3.876	até 5.000
INDIAPORÃ	279,606	3.908	até 5.000
IPORANGA	1.152,059	4.238	até 5.000
MONTEIRO LOBATO	332,742	4.608	até 5.000
ITAPURA	301,653	4.860	até 5.000
MENDONÇA	195,151	5.413	entre 5.001 e 25.000
SABINO	305,285	5.564	entre 5.001 e 25.000
TRÊS FRONTEIRAS	151,594	5.781	entre 5.001 e 25.000
CAMPINA DO MONTE ALEGRE	185,031	5.991	entre 5.001 e 25.000
SANTA ALBERTINA	272,692	5.993	entre 5.001 e 25.000
UBARANA	209,861	6.216	entre 5.001 e 25.000
SALES	308,555	6.253	entre 5.001 e 25.000
PARDINHO	209,894	6.360	entre 5.001 e 25.000
ANHEMBI	736,557	6.627	entre 5.001 e 25.000
SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	310,311	6.880	entre 5.001 e 25.000
LAVRINHAS	167,067	7.207	entre 5.001 e 25.000
PAULICEIA	374,091	7.274	entre 5.001 e 25.000
BARBOSA	205,212	7.335	entre 5.001 e 25.000
IPEÚNA	190,010	7.401	entre 5.001 e 25.000
IBIRAREMA	228,230	7.663	entre 5.001 e 25.000
RIBEIRÃO GRANDE	333,363	7.666	entre 5.001 e 25.000
BARRA DO TURVO	1.007,684	7.687	entre 5.001 e 25.000
SUD MENNUCCI	594,744	7.708	entre 5.001 e 25.000
TAPIRAÍ	755,100	7.850	entre 5.001 e 25.000
ICÉM	362,355	8.181	entre 5.001 e 25.000
PAULO DE FARIA	737,986	8.930	entre 5.001 e 25.000
PALMEIRA D'OESTE	318,740	9.340	entre 5.001 e 25.000
IGARATÁ	292,953	9.483	entre 5.001 e 25.000
TORRINHA	315,266	9.963	entre 5.001 e 25.000
UCHÔA	252,434	10.068	entre 5.001 e 25.000
OUROESTE	288,648	10.177	entre 5.001 e 25.000

MUNICÍPIO	AREA (km <sup>2</sup> )	HABITANTES	FAIXA HAB.
ESTIVA GERBI	74,144	11.198	entre 5.001 e 25.000
DIVINOLÂNDIA	223,749	11.208	entre 5.001 e 25.000
BOFETE	653,541	11.534	entre 5.001 e 25.000
IACANGA	547,393	11.559	entre 5.001 e 25.000
BOCAINA	363,926	12.204	entre 5.001 e 25.000
CARDOSO	639,248	12.303	entre 5.001 e 25.000
RIOLÂNDIA	631,897	12.342	entre 5.001 e 25.000
MINEIROS DO TIETÊ	213,242	12.849	entre 5.001 e 25.000
SETE BARRAS	1.062,699	12.884	entre 5.001 e 25.000
VALENTIM GENTIL	149,741	13.115	entre 5.001 e 25.000
QUELUZ	249,399	13.228	entre 5.001 e 25.000
PIRATININGA	402,409	13.503	entre 5.001 e 25.000
ITAPUÍ	140,023	13.833	entre 5.001 e 25.000
PATROCÍNIO PAULISTA	602,848	14.529	entre 5.001 e 25.000
SANTA BRANCA	272,238	14.717	entre 5.001 e 25.000
ITAPORANGA	507,997	15.125	entre 5.001 e 25.000
SÃO SIMÃO	617,252	15.257	entre 5.001 e 25.000
PANORAMA	356,050	15.690	entre 5.001 e 25.000
ALTINÓPOLIS	928,956	16.164	entre 5.001 e 25.000
TABATINGA	368,604	16.345	entre 5.001 e 25.000
BURITAMA	326,921	17.003	entre 5.001 e 25.000
ROSANA	744,011	17.015	entre 5.001 e 25.000
ITARIRI	273,667	17.271	entre 5.001 e 25.000
JACUPIRANGA	704,189	17.842	entre 5.001 e 25.000
CESÁRIO LANGE	190,392	17.915	entre 5.001 e 25.000
ITIRAPINA	564,603	17.922	entre 5.001 e 25.000
PARAIBUNA	809,576	18.180	entre 5.001 e 25.000
NAZARÉ PAULISTA	326,254	18.346	entre 5.001 e 25.000
PIRAPORA DO BOM JESUS	108,489	18.604	entre 5.001 e 25.000
JUQUIÁ	812,799	18.908	entre 5.001 e 25.000
MIRACATU	1.001,484	19.919	entre 5.001 e 25.000
MIGUELÓPOLIS	820,849	22.093	entre 5.001 e 25.000
TAMBAÚ	561,788	23.182	entre 5.001 e 25.000
APIAÍ	974,322	24.526	entre 5.001 e 25.000
BRODOWSKI	278,458	24.592	entre 5.001 e 25.000
MARTINÓPOLIS	1.253,564	26.289	entre 25.001 e 75.000
DOIS CÓRREGOS	632,972	27.112	entre 25.001 e 75.000
PIRACAIA	385,568	27.140	entre 25.001 e 75.000
LARANJAL PAULISTA	384,274	28.240	entre 25.001 e 75.000
GUARAREMA	270,816	29.451	entre 25.001 e 75.000
JARINU	207,549	29.456	entre 25.001 e 75.000
RANCHARIA	1.587,498	29.688	entre 25.001 e 75.000
IGARAPAVA	468,355	30.246	entre 25.001 e 75.000

MUNICÍPIO	AREA (km <sup>2</sup> )	HABITANTES	FAIXA HAB.
JUQUITIBA	522,169	31.235	entre 25.001 e 75.000
SÃO MIGUEL ARCANJO	930,339	32.859	entre 25.001 e 75.000
CACHOEIRA PAULISTA	287,990	33.067	entre 25.001 e 75.000
ARAÇOIABA DA SERRA	255,327	33.499	entre 25.001 e 75.000
ADAMANTINA	411,987	35.023	entre 25.001 e 75.000
AGUDOS	966,708	37.023	entre 25.001 e 75.000
GUAÍRA	1.258,465	40.533	entre 25.001 e 75.000
NOVO HORIZONTE	931,743	40.680	entre 25.001 e 75.000
SÃO MANUEL	650,734	40.781	entre 25.001 e 75.000
ITUVERAVA	704,659	41.598	entre 25.001 e 75.000
ITÁPOLIS	996,747	42.903	entre 25.001 e 75.000
ORLÂNDIA	291,765	43.687	entre 25.001 e 75.000
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	389,235	44.186	entre 25.001 e 75.000
GARÇA	555,807	44.370	entre 25.001 e 75.000
PEDREIRA	108,817	47.361	entre 25.001 e 75.000
SANTA CRUZ DO RIO PARDO	1.114,747	47.395	entre 25.001 e 75.000
CABREÚVA	260,234	48.966	entre 25.001 e 75.000
JALES	368,574	49.011	entre 25.001 e 75.000
MONTE ALTO	346,950	50.216	entre 25.001 e 75.000
ITARARÉ	1.003,860	50.360	entre 25.001 e 75.000
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	419,684	54.763	entre 25.001 e 75.000
PIEDADE	746,868	55.149	entre 25.001 e 75.000
PORTO FERREIRA	244,906	55.787	entre 25.001 e 75.000
REGISTRO	722,201	56.249	entre 25.001 e 75.000
SANTA ISABEL	363,332	56.792	entre 25.001 e 75.000
ITUPEVA	200,816	59.649	entre 25.001 e 75.000
BOITUVA	248,954	59.793	entre 25.001 e 75.000
LENÇÓIS PAULISTA	809,541	67.859	entre 25.001 e 75.000
FERNANDÓPOLIS	549,797	68.823	entre 25.001 e 75.000
ITAPIRA	518,416	74.299	entre 25.001 e 75.000
JABOTICABAL	706,602	76.864	entre 75.001 e 200.000
BEBEDOURO	683,192	77.436	entre 75.001 e 200.000
LINS	570,058	77.510	entre 75.001 e 200.000
CRUZEIRO	305,699	81.895	entre 75.001 e 200.000
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	516,399	90.637	entre 75.001 e 200.000
MOGI MIRIM	497,708	92.715	entre 75.001 e 200.000
VOTUPORANGA	420,703	93.736	entre 75.001 e 200.000
ITAPEVA	1.826,258	93.892	entre 75.001 e 200.000
MAIRIPORÃ	320,697	98.374	entre 75.001 e 200.000
ITATIBA	322,276	119.090	entre 75.001 e 200.000
TATUÍ	523,749	120.533	entre 75.001 e 200.000
VOTORANTIM	183,517	121.331	entre 75.001 e 200.000
BARRETOS	1.566,161	121.344	entre 75.001 e 200.000

MUNICÍPIO	AREA (km <sup>2</sup> )	HABITANTES	FAIXA HAB.
SERTÃOZINHO	403,089	124.453	entre 75.001 e 200.000
CUBATÃO	142,879	129.760	entre 75.001 e 200.000
ARARAS	644,831	132.934	entre 75.001 e 200.000
BOTUCATU	1.482,642	144.820	entre 75.001 e 200.000
JAÚ	687,103	148.581	entre 75.001 e 200.000
ARAÇATUBA	1.167,126	195.874	entre 75.001 e 200.000
JACAREÍ	464,272	231.863	entre 200.001 e 500.000
ARARAQUARA	1.003,625	233.744	entre 200.001 e 500.000
MARÍLIA	1.170,515	237.130	entre 200.001 e 500.000
LIMEIRA	580,711	303.682	entre 200.001 e 500.000
JUNDIAÍ	431,207	414.810	entre 200.001 e 500.000
MOGI DAS CRUZES	712,541	440.769	entre 200.001 e 500.000
SÃO BERNARDO DO CAMPO	409,532	833.240	superior a 500.000

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, José Vicente de. *TURISMO – Fundamentos e dimensões*. 5ª Edição. São Paulo: Ática, 1998 1 p.38 (Série Fundamentos).
- ANSARAH, M. G. dos R. *Turismo: Como aprender e ensinar*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.
- BARRETTO, Margarita. *Planejamento e Organização do Turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raul; FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Ed: Papirus. Campinas, SP, 2003.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 3 ed. São Paulo: Senac, 2000.
- BENI, M. C. *Políticas e estratégias do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo*. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (orgs.). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 165-171.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), *Índice Geral de Cursos*. Brasília. 2017.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR), *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Diretrizes políticas*. Brasília. 2004.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO (MTUR), *Portaria 205 de 9 de dezembro de 2015. Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008*.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Federal de 1988 art. 180, cap. I, do título VII*.
- CARVALHO, A. F., *Políticas Públicas em turismo no Brasil. Sociedade e Cultura*, vol 3. 2000, p. 99.
- CATRAMBY, T. C. V.; BARTHOLO JR, R. dos S. *As relações estabelecidas entre as áreas de conhecimento no estudo do Turismo*. In: *Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7., 2010, São Paulo. Anais...* São Paulo: ANPTUR, 2010.
- COSTA, G.; MACIEL, K. *Estado da Arte do Turismo na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) - Eixo: Gestão Pública do Turismo, OTURESP*. São Paulo. 2017.
- COSTA, Marco A. F. da; COSTA, Maria de F. B. da. *Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001. p. 62.
- CRUZ, R. C. *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2000, p. 56.
- CUNHA, A. S. M.; REZENDE, F. *A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento*. Editora FGV, 2013.
- DREHER, M. T. *Planejamento do turismo em áreas não-urbanas: envolvendo a comunidade*. In: *Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento*

- Sustentável, 4, 2003, Joinville, Anais...As políticas públicas e ações privadas no turismo rural. Joinville: IELUSC, 2004. p. 241 - 249.
- DYE, Thomas D. Understanding Public Policy. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.
- FERRAZ, Joandre A. Regime jurídico do turismo. 2. ed. atual. ampl. Bauru, SP: EDIPRO. 2001.
- LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936.
- LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.
- MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", Policy Currents, 1995.
- OLIVEIRA, M. M. Como fazer: relatórios, projetos, monografias, dissertações e teses. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). Introdução ao turismo (D. M. R. Corner, Trad.). São Paulo: Roca. (Obra Original publicada em 1998), 2001.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT) apud ABEOC Brasil, Tourism Towards 2030. 2011.
- PEDRON, F. A. Planejamento do turismo em áreas rurais: Estudo do Roteiro de Nostra Colônia - Jaguari-RS. Dissertação de mestrado. Santa Maria: UFSM, 2007.
- PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.
- RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA e CARVALHO (Orgs.). O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- RUSCHMANN, D. V. D. Turismo e planejamento sustentável. A proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997, p.160.
- RUSCHMANN, D.; WIDMER, G. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. (Org.), Turismo: como aprender, como ensinar, São Paulo: SENAC, 2000.
- SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. O que é DADETUR. Julho, 2016. Disponível em:  
<[http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia\\_tour.php?cod\\_menu=54](http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia_tour.php?cod_menu=54)>. Acesso em 17 de agosto de 2019.
- \_\_\_\_\_. Cartilha de Orientação de Acordo com a Lei 1261/15. 2015.  
Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=108>>. Acesso em 16 de agosto de 2019.

#### **SITES VISITADOS:**

- Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo (APRECESP), Divisão das Estâncias Paulistas.  
Disponível em: <<http://aprecesp.com.br/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (CEPAM).  
São Paulo.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro do Turismo. Legislação brasileira do turismo.(2001).

Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br/>>. Acesso em:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo.

Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Último acesso em: 20/08/2019.

Ranking Universitário Folha 2017 (RUF), Folha de São Paulo. São Paulo. 2017.

Disponível em:

TIMES HIGHER EDUCATION (THE), World University Rankings 2017. 2017.

Disponível em: Último acesso em:

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL: Travel & Tourism Economic Impact, Oxford  
Economics. 2016.

Disponível em: Último acesso em:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTOS (ABEOC BRASIL).

Turismo deve crescer 3,3% por ano até 2030, diz OMT.

Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2015/06/turismo-deve-crescer-33-por-ano-ate-2030-dizomt/>>. Acessado em: 22 de maio de 2019.

Site Oficial da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

EMBRATUR. Turismo de Aventura: seminários regionais no estado de São Paulo. Caeté,  
MG, 2001. Disponível em:

<[http://www.ambiente.sp.gov.br/ecotur/seminario\\_regional.htm](http://www.ambiente.sp.gov.br/ecotur/seminario_regional.htm)>.

Último acesso em: 27 de maio de 2019.

Site Oficial do Ministério do Turismo.

Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us\\$-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11037-turismo-injetou-us$-163-bilh%C3%B5es-no-brasil-em-2017.html)>. Acessado em: 20 de maio de 2019.

Site Oficial do Ministério do Turismo.

Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/acesso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4882-programa-de-regionalizacao-do-turismo.html>>. Acessado em: 20 de maio de 2019.

Site Oficial da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo.

Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes-governo/turismo/>. Acessado em 22 de maio de 2019.

Site Oficial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

Disponível em: <<https://www2.ufscar.br/a-ufscar/apresentacao>>. Acessado em 15 de maio de 2019.

### **LEGISLAÇÃO:**

Lei de criação do DADETUR

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16283-15.07.2016.html>>. Acessado em 13 de junho de 2019.

Lei de classificação de Estâncias e Municípios de Interesse Turístico.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acessado em 13 de junho de 2019.

Emenda Constitucional de Tutela de Estâncias e Municípios de Interesse Turístico.

Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/emenda.constitucional/2015/emenda.constitucional-40-09.04.2015.html>>. Acessado em: 13 de junho de 2019.

Lei de criação do Municípios de Interesse Turístico.

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2019/lei-16938-26.02.2019.html>>. Acessado em: 13 de junho de 2019.

Lei de Estágio para estudantes.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>.

Acessado em: 17 de junho de 2019.

Política Nacional de Turismo.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>.

Acessado em 17 de junho de 2019.